



A PSICANÁLISE NA INSTITUIÇÃO JURÍDICA PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS: DA ESCUTA DO SUJEITO À PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

Alexandre Théo de Almeida Cruz

ORCID: 0000-0002-1023-5300.

E-mail: theo.cruz@hotmail.com.

Roseane Freitas Nicolau

ORCID: 0000-0002-6988-943X.

E-mail: rfnicolau@uol.com.br.

Resumo: O presente trabalho discute a importância de sustentar o discurso do analista em instituições jurídicas que atendem a adolescentes em conflito com a lei, a maioria dos quais são oriundos de um sistema social marcado pela exclusão social e pelo racismo, condição que os coloca em uma posição passiva frente ao discurso do mestre institucional no trabalho de normalização e orientação. Nesse sentido a proposta é apoiada no fato de que somente a partir da escuta dos adolescentes é possível convocar um sujeito implicado com seu ato e responsável pelas mudanças no curso das escolhas que possa fazer. Portanto, a hipótese atribuída é a de que somente é possível a escuta do sujeito na instituição jurídica se nela está presente o psicanalista e se este operar um giro nos discursos institucionais. É previsto, ainda, que o analista escreva documentação avaliativa que embase as decisões sobre as medidas aplicadas. Nesse sentido, objetiva-se articular, a partir da psicanálise, como a escuta do sujeito na instituição jurídica pode incidir na produção de documentos, de modo que esses interfiram nas decisões da justiça. Assim, será apresentada a análise de um caso, no qual os relatos demonstram como a força do discurso do mestre-institucional age para disciplinar o adolescente em sua condição de passividade, escutando apenas os atores institucionais que emitem as respostas documentadas.

Palavras-chave: Adolescentes. Discurso do Mestre e do Analista. Exclusão social. Necropolítica. Ato infracional. Produção de documentos.

POLÊM!CA

LABORE



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar

bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • laboreuerj@yahoo.com.br

PSYCHOANALYSIS IN THE LEGAL INSTITUTION FOR ADOLESCENTS WHO COMMIT INFRACTIONS: FROM LISTENING TO THE SUBJECT TO THE PRODUCTION OF DOCUMENTS

Abstract: The current work discusses the significance of maintaining the analyst's discourse in legal institutions that care for adolescents in conflict with the law, the majority of whom come from a social system marked by social exclusion and racism, a condition that places them in a passive position in the face of the institutional master's discourse in the normalization and orientation work. Accordingly, the proposal is supported by the fact that only by listening to adolescents can it be possible to summon a subject involved in their act and responsible for changes in the course of the choices they make. Therefore, the hypothesis attributed is that it is only possible to listen to the subject in the legal institution if the psychoanalyst is present in it and if he operates the turn in institutional discourses, provided that the analyst also writes evaluation documentation that supports decisions about the measures applied. The objective is to articulate, from psychoanalysis how listening to the subject in the legal institution can affect the production of documents, so that they interfere in justice decisions. An analysis of a case will be presented, in which the reports demonstrate how the strength of the institutional master's discourse actions in disciplining the adolescent through his condition of passivity, listening only to the institutional actors who issue the documented responses.

Keywords: Adolescents. Analysts and master's discourses. Social exclusion. Necropolitics. Infraction. Production of documents.

Introdução

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa de doutorado, discute a importância de sustentar o discurso do analista em instituições jurídicas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, visando, assim, dar voz ao adolescente para abrir possibilidades de o sujeito simbolizar seu ato. A escuta nas instituições jurídicas não é uma prática comum, tendo em vista que a rotina institucional se direciona mais em avaliar e julgar atos infracionais para aplicar medidas socioeducativas adequadas à reinserção dos jovens na sociedade.

As medidas socioeducativas configuram a ação legal do estado para trabalhar, junto ao adolescente que comete um ato infracional – ação análoga ao crime –, sua responsabilização jurídica e subjetiva pelo ato transgressor. Na prática, observa-se que o discurso do mestre opera no sentido de aplicar um saber prévio e direcionar esforços para o trabalho de normalização e orientação. Isso foi apontado por Galeotti (2007) quando afirmou que algumas práticas jurídicas na área da criança e do adolescente, mesmo fora do Brasil, objetivam manter a disciplina e operam com um sujeito pré-concebido, submetido a processos de subjetivação como “[...] elementos estratégicos de disciplinamento social e inseparáveis da análise de estratégias de poder que neles intervêm” (p. 181).

Nesse contexto, as decisões, em sua maioria, são tomadas à revelia dos adolescentes, sem que eles sejam escutados, tirando-lhes a possibilidade de se responsabilizarem por seus atos e se posicionarem como sujeitos frente às decisões judiciais, o que nos faz interrogar: como os adolescentes podem de fato se reeducarem e encontrar um espaço de reinserção na sociedade

sem que tenham voz para construir uma narrativa sobre sua entrada na criminalidade? E que estratégias o psicanalista dispõe para escutar nesse espaço institucional que demanda apenas uma resposta para embasar as medidas? Utilizamos o referencial da psicanálise freudolacaniana para responder às questões levantadas e nos baseamos, por um lado, nas publicações resultantes da experiência de analistas que sustentam os trabalhos dos que hoje se aventuram neste campo, e, por outro, na experiência pessoal na educação, pesquisa e operação de dispositivos institucionais que buscam sustentar um lugar de implicação do sujeito em seu ato – inclui-se, ainda, a prática de escuta de um dos autores em um órgão integrante do Sistema de Justiça (Ministério Público do Pará), em Belém (PA), pelo Núcleo de Atendimento ao Adolescente (NAI)¹, e de visitas a adolescentes que cumprem medida socioeducativa em casas de internação.

Apostamos que a partir da escuta dos adolescentes é possível fazer um giro nos discursos institucionais, ocasionando com que, em algum ponto, o discurso do analista opere no sentido de convocar o sujeito a se implicar na situação em que se encontra – fundamental para sua reintegração. O nosso objetivo é articular, a partir da psicanálise, como a escuta do sujeito na instituição jurídica pode incidir na produção de documentos, de modo que esses interfiram nas decisões da justiça. Para argumentação, apresentaremos, inicialmente, o trabalho de autores que apontam para a elaboração das questões aqui trabalhadas; em seguida, aprofundaremos discussões teóricas a respeito dos quatro discursos engendrados por Lacan (1969–1970/1992): do mestre, da histórica, da universidade e do discurso do analista. Lacan estabelece que estes discursos regulam o laço social e produzem parâmetros para que o psicanalista opere em laços institucionais os mais diversos. Finalmente, discutiremos que o psicanalista que trabalha em instituições jurídicas não deve estar atento somente às práticas da “ética do bem” ou práticas de aconselhamento que estão em evidência nestes locais, mas também à repercussão disso na produção de documentos (relatórios, pareceres) que devem ser elaborados a partir da escuta desses sujeitos, tomando por base a teoria dos discursos do mestre e do analista de Jacques Lacan (1959-60/1992).

¹ O NAI, em Belém do Pará, integra vários órgãos de justiça: a Delegacia do Adolescente (DATA), a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Esta situação de escuta, pioneira no Brasil, ocorre antes de o adolescente ir para a audiência de apresentação, ser sentenciado ou não, tendo a possibilidade de cumprir medida socioeducativa, pois ainda se trata de apuração da autoria do ato infracional.

Elaborações sobre o trabalho institucional

A presença de psicanalistas em instituições públicas, inclusive jurídicas, no Brasil existe há muito tempo, desde a década de 1970. Muitos autores² têm produzido escritos sobre o trabalho institucional e mostrado como a prática de psicanalistas em órgãos públicos pode garantir a escuta dos sujeitos e a consideração da singularidade do caso. Há também o reconhecimento, por parte destes autores, da teoria dos discursos como operador do trabalho institucional, indicando que o discurso do analista possibilita uma dissonância do aspecto de assujeitamento que caracteriza o discurso do mestre que opera nas instituições em geral.

Stevens (2005), ao investigar a presença de psicanalistas que trabalham em instituições, sustentou que eles vivem um “paradoxo”, porque há nelas um direcionamento da estratégia de ação para as práticas de valor universal própria ao trabalho dos “educadores”, ao passo que a psicanálise visa o discurso singular do sujeito. Sobre a posição do psicanalista, o autor diz: “Ao universal a que visa a instituição, deve responder com o singular do discurso do paciente” (p. 29). Para trabalhar com o singular do caso é preciso, mesmo estando “dentro” da instituição, o psicanalista “estar fora”: “Eis a condição de um tratamento possível em instituições, quando este é possível” (idem).

Souza e Moreira (2014) também destacaram que, diferentemente do discurso jurídico, a psicanálise sustenta a singularidade que existe no caso particular, divergindo das observações e orientações de cunho universal que tentam explicar o sujeito como parte de um ‘todo’. Mesmo que a lei tenha um caráter de universalidade, ou seja, de aplicabilidade para todos, faz-se necessário que o particular de cada caso apareça. Como dizem Nicolau e Alberti (2017), o discurso do analista “[...] busca sustentar a dimensão inconsciente do sujeito, apostando na singularidade do caso e na particularidade de cada contexto, não dispondo de fórmulas que se apliquem a todas as situações” (p. 39). E isso tanto no trabalho clínico, quanto no trabalho junto à equipe multiprofissional.

Nicolau (2015) alerta para o fato que em instituições de assistência o analista iniciante pode se deixar levar por práticas humanistas ‘piegas’ de cuidado e proteção que partem de um saber predeterminado, perdendo o que é próprio a sua função, que é escutar o sujeito. Ou seja,

² Alberti (2000), Alberti e Almeida (2005), Stevens (2005), Santos e Altoé (2005; 2010), Farias e Maia (2009), Caffé (2010), Miranda Júnior (2010; 2017), Souza e Moreira (2014), Rinaldi (2015), Nicolau (2015), Nicolau e Alberti (2017), Figueiredo (2015) e Cazanatto *et al.* (2016).

nessa prática com adolescentes há o risco de direcionar práticas em nome do empuxo a romper com a lógica da punição e favorecer a inserção social do jovem. Como diz a autora, apesar da boa intenção, “[...] a consequência disso é impedir que um saber próprio, singular a cada sujeito, possa emergir, petrificando-o no lugar de objeto a ser gozado pelo Outro institucional” (p. 255). O que se deve fazer é acompanhá-lo em sua narrativa rumo à construção de um saber sobre as motivações do ato infracional e suas consequências.

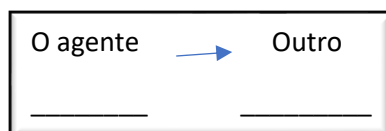
Cazanatto *et al.* (2016) salientaram que a escuta psicanalítica em instituições públicas é a forma, ao mesmo tempo, de garantir um lugar de fala na qual o desejo se torne presente e de possibilitar ao sujeito alguma condição de simbolizar e reconhecer o seu desejo, única via pela qual ele pode se responsabilizar por seus atos.

O discurso do mestre *versus* o discurso do analista

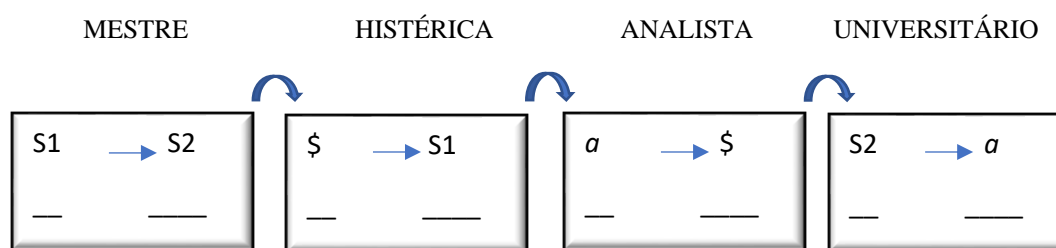
No *Seminário 17, o avesso da psicanálise*, Lacan diz que o laço social se estabelece mediante a implementação de discursos que se dão na estrutura de linguagem na relação entre os sujeitos; são, portanto, modos de uso da linguagem. Ele propõe que eles podem se estabelecer até sem as palavras, mas não quer dizer que estejam fora da linguagem. O importante é a relação fundamental que se estabelece entre o sujeito e o Outro no nível da estrutura inconsciente (LACAN, 1969- 1970/1992).

Lacan (1969-1970/1992) utiliza de sua *álgebra* para apresentar e explicar quatro discursos, sendo cada um identificado por um matema composto por quatro elementos dispostos em lugares diferentes. Os elementos são representados por letras que entram na lógica própria dos discursos: S1, S2, \$, *a*. O **S1** representa o significante mestre que atinge o sujeito; o **S2** representa o saber do Outro e a consequente cadeia articulada; o \$ indica o sujeito dividido e o *a* o objeto *a* mais-de-gozar “que em cada discurso tem uma significação” (QUINET, 2012, p. 24).

Os significantes se posicionam em lugares designados em cada um dos discursos que determinam o laço social e estão assim estabelecidos: o agente, o outro, a verdade e a produção.



O agente determina a modalidade discursiva indicando, em relação ao outro, a posição de comando, sendo, portanto, o lugar da *dominante* que determina o discurso; o Outro é a quem se dirige essa ação e é atingido pela mesma; a produção é o resultado do que o discurso produz; e o que dá sustentação ao discurso é a verdade, que é sempre semi-dita (LACAN, 1969-1970/1992). A posição que cada letra ocupa define o discurso e, portanto, a modalidade do laço social. Os discursos não são fixos e podem mudar a partir do giro de um quarto de volta, tendo como referência o discurso do mestre. A cada giro se produz uma mudança nas posições do agente, do Outro, da produção e da verdade, alterando a modalidade discursiva sucessivamente. Apresentaremos a fórmula dos quatro discursos propostas por Lacan, mas, para as finalidades deste trabalho, utilizaremos apenas os discursos do mestre e do analista.



No discurso do mestre, quem ocupa o lugar de *agente* é o significante S1, que representa a dominância do discurso no qual existe a ordem imperativa. Como diz Jorge (2002), “No discurso do mestre, S1 no lugar do agente evidencia que, por meio do poder imperativo do significante, a entrada do sujeito na ordem simbólica depende do acionamento de um significante mestre” (JORGE, 2002, p. 29).

Lacan vê o discurso do mestre como aquele que estabelece a lei, tendo em vista que ocorrerá um assujeitamento do outro para com este ordenamento. Essa lei extrapola inclusive as leis do ordenamento jurídico. Partilhamos da compreensão de que na instituição jurídica, com suas práticas para adolescentes em conflito com a lei, o que opera mais frequentemente é o discurso do mestre; isto porque determina práticas de assujeitamento frente às quais o sujeito deve se submeter.

Segundo Souza e Moreira (2014), o operador Direito não faz pergunta ao sujeito sobre o ato praticado, ele estabelece a punição. “É uma resposta em que não há um reconhecimento do sujeito” (p.187). Além disso, a punição pouco ou nada contribui para qualquer processo de responsabilização porque nela não há o reconhecimento da palavra.

Altoé (2010) constatou que, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o discurso jurídico nessas instituições, em nome da “ética do bem” (p. 60), decide o que é bom para o outro, além de procurar controlar seus corpos. Quando se fala de sujeito desejante para a psicanálise, “[...] não mais falamos em corpo a ser treinado, nem comportamento a ser julgado” (p. 62).

O discurso do analista se opõe ao discurso do mestre, ficando em um extremo oposto àquele da vontade de dominar. Isto porque o analista como agente do discurso dirige-se ao sujeito dividido (\$) como objeto *a*, causa de desejo (LACAN, 2009, p. 44), deixando cair como produção o significante mestre. O analista não responde às demandas do sujeito com seu saber e este deve ser uma incógnita para o outro. Nicolau e Calazans (2016) nomearão o discurso do analista como o avesso do laço social institucional, por tomar o sujeito como sujeito falante e não como objeto do seu saber.

Se o agente no discurso do analista promove o desejo inconsciente, o outro é considerado um sujeito dividido, um sujeito imerso na falta. O discurso do analista contrapõe-se ao discurso do mestre porque promove algo de novo, pois reconhece o outro como sujeito falante que produz significantes e que é capaz de tecer sua própria história; além disso, “[...] uma das características fundamentais do discurso do psicanalista é a de que ele *é o único discurso que considera o outro como sujeito*” (JORGE, 2002, p. 30, grifo do autor).

Na escuta do adolescente em conflito com a lei, deve-se considerar a sua singularidade e, principalmente, o que ele tem a dizer sobre o seu ato infracional e sua história de vida. Souza e Moreira (2014) ressaltam que a psicanálise nessas instituições vai de encontro às práticas de massificação e privilegia a escuta do caso a caso, porque justamente nestes é que estão inscritos os sofrimentos de forma singular.

O discurso do analista permite, segundo Altoé (2010), que os adolescentes possam ser percebidos quer em sua história, quer em sua subjetividade e não reduzidos à condição de “criança carente” (p. 62) ou de “menor infrator”. Essas ‘reduções’ dos sujeitos produzem a tese tão propagada ultimamente de que “bandido bom, é bandido morto, não importa a idade” e o que é pior, ovacionada por muitos. Discursos disciplinadores dessa natureza sustentaram as discussões sobre a alteração da maioridade penal nos últimos anos.

Por isso mesmo é que não se pode aceitar ou se submeter a mecanismos de opressão ou que engendrem a ortopedia dos comportamentos ou práticas puramente pedagógicas. O que o

discurso do analista produz é justamente o S1, significante que, ao ser encadeado a outros significantes, pode produzir um saber sobre a verdade do sujeito.

Mesmo que não haja nas instituições jurídicas as condições para uma análise, a entrada do discurso analítico nas brechas do discurso vigente na instituição pode promover a dúvida nos agentes do Direito, de modo a incluir o sujeito no processo, quando o analista, convocado a responder, recusa o lugar de reprodução do discurso do mestre ou “juiz” ou daquele que vai fundamentar uma decisão. Por isso é tão importante sua posição de escuta, possibilitando através de uma narrativa, a implicação do sujeito em seu ato. Somente oferecendo escuta nestes espaços é possível garantir a fala. Além disso, no meio de várias acusações existentes nos boletins de ocorrência endereçadas ao adolescente e sem que a ele seja garantida a palavra, é impossível que uma mudança de posição do sujeito em relação ao seu ato possa ocorrer, assim como que um processo de responsabilização pelo ato infracional se inicie a fim de que ele venha a se implicar no referido ato.

O adolescente autor de ato infracional e a exclusão social

A escuta de adolescentes que praticam infração realizada por um dos autores³ constata que é possível oferecer ao sujeito um espaço para que ele possa se implicar com seu ato e não uma imposição para que cumpra passivamente a normativa do sistema jurídico.

Considerado como “infrator” e muitas vezes identificado com esse significante, muitos adolescentes chegavam para a entrevista se apresentando não pelo seu nome, mas pelo artigo legal do ato infracional cometido. Por exemplo: ao perguntar, qual é o seu nome? A resposta era: “eu sou o 157, ou 155, ou o 214”, correspondente aos artigos de roubo, furto e estupro do Código Penal Brasileiro (CPB).

É também comum o adolescente iniciar sua fala pela explicação objetiva de seu ato infracional e se distanciar da experiência subjetiva que o forjou. Apesar desses jovens terem consciência de que cumprirão um tempo de internação e que têm que “pagar” pelo ato praticado, apresentam dificuldade em construir uma narrativa sobre *o que* fizeram. Isto sinaliza que a questão da responsabilização por parte da instituição é direcionada, preferencialmente, ao

³ Essa escuta se dá por ocasião do atendimento do adolescente antes de sua entrevista com o Promotor de Justiça; ocorre antes de o adolescente ir para a audiência de apresentação, ser sentenciado ou não, tendo a possibilidade de cumprir medida socioeducativa, pois ainda se trata de apuração de autoria de ato infracional.

âmbito do tempo legal de cumprimento da medida socioeducativa, dando pouca atenção os seus aspectos subjetivos.

Assim, o aparelhamento jurídico com suas formalidades – detenção, ida para a delegacia, apreensão em uma cela, ser algemado, ouvir testemunhas, participar de audiências com autoridades, etc. – coloca o sujeito em um enquadramento tal que o emudece e retira dele a chance de fazer o seu ato passar pela palavra, única possibilidade de fazer emergir algo de seu desejo.

Importante sublinhar que cada adolescente vive e participa do ato infracional de uma maneira singular, independentemente de sua classe social. Há aqueles que têm prática infracional recorrente, aqueles que praticam atos de violência trivialmente e aqueles que praticam apenas uma vez. Cabe ressaltar, porém, que, na maioria dos casos, os adolescentes que comparecem ao NAI estão fora da rede escolar ou não finalizaram o ensino fundamental e são de classes ditas desfavorecidas. Em geral, a mídia relaciona as infrações praticadas por adolescentes a um problema de miséria social e chama a atenção os atos praticados por aqueles de classes economicamente mais aquinhoadas, como se fosse incompatível tal associação.

Como bem assinalam Mello e Mandelli (2017), a situação infracional, principalmente a que se refere a um cumprimento de medida socioeducativa, atinge tanto o adolescente quanto sua família e é comum que muitas mães e pais solicitem ajuda ao sistema socioeducativo no sentido de poder “cuidar” de seu filho, revelando muitas vezes a dificuldade de exercer até mesmo as condições de proteção, principalmente quando o adolescente está envolvido e ameaçado pelo tráfico. Desse modo, cabe os psicólogos / psicanalistas que os escutam e que produzem documentos para a justiça fazerem uma

[...] ruptura com o discurso da Justiça do Direito “Infracional”, que propõe, na sua maioria de intervenções uma profilaxia ao adolescente, que é visto como fora da normalidade, como desviante. Se para o Direito ele é um sujeito consciente, para a psicanálise ele é um sujeito do inconsciente (p. 34).

A escuta da singularidade do adolescente, como apontam os autores, contribui para um caminho de valorização da despatologização do ato infracional e do combate ao ódio que a mídia, em geral, fomenta em relação a esses sujeitos. Isto posto, ao passo que ecoa “o clamor de mais punição e medidas severas [...] observa-se a raridade convocatória da proposta de *dar voz* aos adolescentes, já que muito se fala deles e pouco se escuta” (p. 33, grifo do autor).

Souza e Moreira (2014) acrescentaram que temas tais como o desamparo, a alteridade e a paternidade são importantes para serem abordados com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, porque remetem a questionamentos sobre identificação e reconhecimento do Outro. Para eles, a maioria desses adolescentes vive em um modelo de exclusão social que deve ser considerado, pois está em suas representações subjetivas e em seu laço social.

Com efeito, cabem as perguntas: conhecemos o contexto de onde vem o adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional que escutamos? Preocupamo-nos em saber alguns aspectos de sua vida social, de sua vida concreta, ou o tecnicismo e o conhecimento teórico são suficientes para fundamentarem a escuta e a produção dos documentos que vão influenciar ou mesmo determinar sua permanência no sistema socioeducativo?

Steffen (2006), ao discorrer sobre a delinquência juvenil, fez notar um fator importante que é a situação de privação e desamparo de adolescentes que ocorre desde a infância. Tomasi e Macedo (2015) identificaram cenário semelhante em sua pesquisa. As autoras observaram, inclusive, que a história de muitos adolescentes que praticaram atos delitivos estava permeada de:

[...] vivências recorrentes de extremo descuido e violência no encontro com as figuras parentais, gerando intensa fragilidade no estabelecimento de laços de afeto com os mesmos. Percebe-se que as impossibilidades dos pais/cuidadores no exercício do cuidado para com os filhos têm relação direta com a condição de desamparo na qual aqueles também se encontram. Destaca-se, assim, a dramaticidade presente em um ciclo que reproduz violência e desamparo. (p. 61).

Autores como Ribeiro e Benelli (2017) também assinalam que a exclusão social a que muitos adolescentes são submetidos é uma questão que não pode ser esquecida. Isso vale para os documentos produzidos dentro do sistema; afinal, é preciso destacar seu potencial para manter o ciclo de exclusão e o processo de extermínio a que muitos já estão submetidos por fazerem parte de uma população pobre, negra e da periferia, tendo em vista que “[...] os procedimentos de disciplinamento, controle e regulação, a exemplo das práticas socioeducativas, cumprem a função de limitar a circulação e a mobilidade social e espacial de jovens negros” (p. 259).

Autores como Gomes e Silva (2017) e Ribeiro e Benelli (2017) ressaltaram ainda que o Brasil registra o maior número de mortes por assassinato no mundo. O que chama a atenção nestas mortes é que elas são privilegiadamente direcionadas a adolescentes e jovens negros e

do sexo masculino. A “violência homicida”, como chamam os autores, também ocorre dentro de um contexto espacial bem específico: as “periferias urbanas pobres” (GOMES; SILVA, p. 704).

Os autores trazem outra reflexão importante acerca da vida de muitos jovens, pois grande número de adolescentes que moram nas periferias tem suas vidas consideradas, hoje em dia, como “descartáveis”, ou seja, podem ser tiradas devido aos processos de violência e discriminação estruturais na sociedade, o que pode ser mais aclarado pelos conceitos de *biopolítica* de Foucault (2006) e de *necropolítica* de Mbembe (2020).

A periferia é um lugar constituído de relações sociais que se encontram e se entrelaçam em um lócus específico, se faz do encontro de momentos articulados em redes de relações, integrando ligações de outras escalas [...] se faz de relações concretas cotidianas que incorporam o econômico, o político e o cultural na constituição do fenômeno da violência homicida que marca a trajetória dos jovens homens moradores das periferias brasileiras. A ideia de periferia como lugar privilegiado socialmente como produtor de mortes violentas, está vinculada com o fato de que algumas vidas são consideradas descartáveis [...] (GOMES; SILVA, p. 105).

Foucault, com efeito, em *A história da sexualidade I*, ressaltou claramente que a partir do século XVIII, considerado o século do poder disciplinar, os dispositivos de poder dispuseram, não somente dos corpos, mas também da vida das pessoas. Esse poder sobre a vida, aliado ao poder disciplinar, deu origem ao que denominou de biopolítica. A vida humana passa, portanto, a ser utilizada como objeto de uma política. “As disciplinas do corpo e as regulações das populações constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2006, p. 152).

Neste sentido, Foucault chama a atenção para a diferença existente entre a biopolítica e o poder soberano exercido pelos monarcas (reis). Estes podiam escolher quem devia viver e quem devia morrer. O monarca tinha o poder sobre a vida e a morte de seus súditos. Na biopolítica, o que ocorre é o deixar morrer para fazer viver. Para Foucault, ressaltam Ribeiro e Benelli (2017), “o racismo deve ser colocado como chave para a compreensão do funcionamento e da tomada do biopoder pelos Estados modernos, inserindo-se como mecanismo fundamental para o exercício desse tipo de poder” (p. 247). O funcionamento dos Estados modernos se baseou no racismo e nessa forma de poder.

Os autores ressaltam que o racismo é o resultado das transformações e deslocamentos ocasionados pela luta das raças que ocorreu concomitantemente com a luta de classes no século XIX. O racismo moderno, ou biológico, se estabelece a partir de técnicas médico-normalizadoras e de normas jurídicas também. “Raça e racismo são entendidos como condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. O biopoder, como *modus operandi* do Estado, só pode ser exercido por meio do racismo” (RIBEIRO; BENELLI, 2017, p. 248).

Mbembe (2020), por sua vez, baseado nos conceitos de biopolítica e biopoder de Foucault, afirma que alguns mecanismos de controle dos Estados operam no sentido de submeter muitas formas da vida contemporânea ao poder da morte (Cf. p. 71); ou seja, o Estado atual tem mecanismos de estabelecer quem morre e quem vive e o mais cruel disso tudo é que a vida fica submetida ao poder da morte. Isso é a necropolítica ou o necropoder. Ainda segundo o autor, exemplos de como a necropolítica se estabeleceu encontram-se na experiência do *apartheid*, na “ocupação colonial contemporânea da Palestina” (p. 41). Principalmente sobre os jovens negros é que são destinadas às operacionalizações do Estado no que tange ao controle, à regulação e, por que não dizer, ao extermínio.

Segundo Gomes e Silva (2017), o conceito de necropolítica possibilita a leitura das novas relações entre os espaços relacionados à violência que ocorre na sociedade como um todo, principalmente no que concerne ao papel do Estado quando age no direito de escolher quem viverá e morrerá. Ocorre uma seleção em determinados grupos. Dito de outra forma, faz diferença ser homem, negro e adolescente, além de morar na periferia pobre, pois “[...] implica uma posição nas relações de poder que não pode ser vista como total e fixa, mas de encontro com “outros”, o que reposiciona constantemente esses sujeitos nas relações de poder e constrói uma perspectiva política do espaço” (p. 707).

O que interessa destacar nessa rápida incursão sobre os conceitos de biopolítica e necropolítica, é que ambos ajudam a alargar mais os horizontes quanto aos processos de exclusão, principalmente aos adolescentes e jovens negros da periferia. E isso, como demonstrou Schwarcz (2003), ocorre desde o final do século XIX e início do século XX, validado pelas teorias raciais que influenciavam as ações direcionadas às crianças e aos adolescentes, sustentando-se na questão racial:

[...] em expressões como 'esse é um sujeito de raça'; 'você vale quanto vale a sua raça'; 'vai na raça'; entre tantas outras que falam de uma certa identidade nacional ainda pautada por uma coloração singular. A raça continua, também, presente em sua asserção mais negativa, que busca vincular aspectos exteriores a certas deformações morais. É esse o discurso policial, a fala que preconceitua no cotidiano da violência. (p. 177-8).

Se considerarmos a própria construção da imagem do “menor infrator”, ela foi apoiada desde o início do século XX pela ideia dos jovens negros que ocupavam as periferias das grandes cidades e por isso mesmo era preciso vigilância e controle (RIBEIRO; BENELLI, 2017).

A compreensão de que jovens brancos, de classe média e alta, não cometem atos infracionais por terem acesso facilitado à defesa privada e por terem um lastro pedagógico-educacional mais sofisticado está inserida no processo histórico, prático e discursivo, que envolve o investimento e a validação de suas existências de acordo com ideal de humanidade branca, em detrimento da inumanização da juventude negra. O princípio, portanto, é que jovens negros representam, por excelência, a criminalidade e o perigo, enquanto jovens brancos representam o progresso e desenvolvimento da nação (p. 255).

Os mecanismos de exclusão podem ser facilmente constatados frente aos dados fornecidos pelos órgãos públicos em seus relatórios oficiais referentes às execuções das medidas socioeducativas.

Os últimos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Atlas da violência (IPEA, 2020), por exemplo, mostram que os homicídios foram responsáveis pela mortalidade da maioria dos adolescentes e jovens de nosso país. A violência, então, aparece como a principal causa dessas mortes, mesmo que em números proporcionais tenha diminuído nos últimos três anos.

Ainda assim, a violência contra as pessoas negras aumentou de forma contundente se for comparada à população não negra. No ano de 2019, por exemplo, “os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2” (IPEA, 2020, p. 49). Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Isso mostra claramente em dados como a necropolítica vem-se concretizando.

Ribeiro e Bennelli (2017) comentam que o assassinato em maior escala de pessoas negras aponta que o jovem negro acaba sendo visto com aquele “elemento suspeito” que deve sempre ser abordado pela polícia e, caso reaja, pode sofrer violência ou até ser morto. As forças estatais reagem imediatamente a uma periculosidade imagética e imaginária que deve ser contida a todo o custo.

O último relatório publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015) acerca das unidades de internação e de semiliberdade para adolescentes mostra que a maioria encontrada nas casas de internação e semiliberdade são do sexo masculino dos 16 aos 18 anos e a segunda faixa etária é composta por meninos de 12 aos 15 anos. A própria conclusão do relatório aponta que o sistema socioeducativo sofre com “superlotação, poucas oportunidades de formação educacional e profissional, espaços insalubres, rebeliões nas unidades, fugas, dificuldades de atendimentos de saúde, entre tantos outros” (p. 85).

Os atos infracionais de maior incidência referentes aos adolescentes que cumpriram medidas restritivas de privação de liberdade não foram contra a vida. Atribuídos aos adolescentes masculinos temos o roubo qualificado em primeiro (4504), o tráfico e associação ao tráfico de drogas em segundo (3601), o roubo em terceiro (3045), o homicídio em quarto (1074) e o homicídio qualificado em quinto (696). No que concerne às adolescentes femininas, o tráfico de drogas aparece em primeiro (163), seguido do roubo (95), o homicídio qualificado (42) e, depois, a associação ao tráfico (40) e o tráfico (40) (cf. p. 51).

A maioria dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa estão na faixa entre 16 e 17 anos (56%) e são negros e negras, sem levarmos em conta os que não foram contados entre os “sem registro” (CNMP, 2015).

Pode-se perceber, portanto, que no sistema socioeducativo brasileiro, que consta com 26.109 adolescentes incluídos no Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) na idade entre 12 e 21 anos (BRASIL, 2019) – dados colhidos em 2017 –, se mantém o caráter de exclusão existente na sociedade com os adolescentes pretos de periferia, principalmente os mais pobres. Constata-se que o processo de exclusão é estrutural e se mantém ao longo dos anos atingindo a uma população mais empobrecida e excluída.

A constatação desta realidade de exclusão não é tão difícil e pode ser observada na prática de um dos autores que participa de visitas de inspeção às unidades de internação da região metropolitana de Belém. A maioria dos adolescentes que se encontram nas casas de

internação é masculina e de cor negra. Nas entrevistas, eles revelam a regulação feita em relação ao horário para comer, para sair do quarto-cela (é como chamam o alojamento) e para falarem com os familiares. A queixa maior é a grande permanência nos quartos-cela e, apesar de a equipe dirigente reconhecer isso, esclarecem que dentro das unidades eles precisam obedecer aos horários e que têm outras atividades. A disciplina, na verdade, é uma constante nestes ambientes, apregoadada pela lei do SINASE ⁴.

É interessante notar que as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2006) apontavam desde o início que a disciplina deveria ser um meio utilizado para a execução das medidas socioeducativas, ou seja, um dos princípios utilizados para o controle destes corpos (Cf. Foucault, 1999).

Ao ter acesso a alguns relatórios de execução de medida socioeducativa pode-se constatar como o fator “disciplina” é uma exigência dos profissionais para “aprovar” a progressão da medida para o adolescente. É preciso ficar evidente que o adolescente passou pela disciplina institucional, que ele “assimilou” bem as regras de tal forma que chegou ao momento de seu “arrependimento” do ato infracional e isto serve como um tipo de sustentação de que a medida socioeducativa conseguiu seu intento. O caso de Eliezer que será apresentado mais adiante ajudará nesta reflexão.

Com esse recorte, não queremos atribuir aos adolescentes que praticam infrações uma posição de “vítimas”, apesar que, como observou Lacan em *Introdução teóricas às funções da psicanálise em criminologia* (1950/1998): “nem o crime nem o criminoso são objetos que possam se conceber fora de sua referência sociológica” (p. 128). Neste texto Lacan discorre que, por trás do crime, estão envolvidas questões relacionadas ao Supereu, à identificação, à pulsão e, por isso, o psicanalista pode investigar os motivos inconscientes que levaram ao ato, deixando os aspectos objetivos para os peritos.

Inclusive, Freud, em *A instrução judicial e a psicanálise* (1906/2015), foi o primeiro a afirmar que por trás dos atos criminosos existe “um material psíquico oculto (p. 292)”. Portanto, perante uma infração praticada por um adolescente, encontramos-nos à frente de uma

⁴ “LEI Nº 12. 594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. [...] Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação: [...]”

V - a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei”. (BRASIL, 2012, não paginado)

manifestação de um sujeito que cometeu um ato e que este tem um sentido. A psicanálise, portanto, compreenderá o ato enquanto dotado de sentido e este convoca a escuta para ser decifrado. Isso marca a diferença na abordagem psicanalítica do ato cometido pelo adolescente.

Sendo assim, por se tratar de um momento no qual o adolescente está cumprindo uma determinação legal dentro de toda uma constelação jurídica, o que o analista pode fazer é acolher sua angústia oferecendo escuta. A partir dessa oferta o dispositivo analítico pode ser instaurado abrindo a possibilidade de que o sujeito adolescente consiga interrogar a si mesmo na sua falta-a-ser e no seu mal-estar.

Ao franquear a fala, o analista está apostando na produção de significantes que marcam a história do sujeito para que possa surgir um significante S1 relacionado ao ato infracional praticado. Assim, é a partir de seu universo simbólico que será possível ao adolescente iniciar uma narrativa onde o ato venha a se transformar em um enigma a ser decifrado, o que só ocorrerá se o discurso do analista for instaurado.

Contudo, retomando a análise de Stevens (2005), o analista em uma instituição pode se deixar influenciar pelo ideal totalizante que ali circula, até porque a Instituição possui traços identificatórios que a caracterizam como tal e isto dificulta sua atuação na vertente do singular. Muitas vezes, o trabalho universalizante das práticas político-institucionais se sobrepõe à escuta do sujeito.

A produção de documentos

O psicólogo/psicanalista quando trabalha na instituição jurídica tem que se manifestar por escrito e não pode fugir ao mal-estar de pensar sobre a forma como ele opera entre os discursos do mestre e do analista, não somente na escuta dos sujeitos, mas no que escreve sobre eles. No Ministério Público/P^a, por exemplo, é obrigatória a manifestação por escrito do profissional psicólogo em relação ao atendimento realizado e essa escrita será anexada ao procedimento legal e lida pelo juiz, promotor público, defensor público e advogados.

Brito (2000), ao pesquisar sobre a avaliação de adolescentes no sistema socioeducativo feita pelas equipes técnicas, salientou que laudos e pareceres de psicólogos e de outros integrantes da equipe técnica na área da infância e juventude, durante muitas décadas, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), eram fundamentais para que os Juízes determinassem a condição de delinquência e ainda hoje o são. Nas audiências os

pareceres são lidos e possuem forte influência na determinação judicial, interferindo, por exemplo, em manter ou não um adolescente cumprindo medida de internação.

O autor ainda ressaltou que, mesmo com a promulgação do ECA e com as várias garantias de direitos e debates que isto proporcionou, os relatórios produzidos “seguiram os mesmos parâmetros, demonstrando que o cotidiano institucional pouco absorvera dos novos paradigmas impostos pelo Estatuto da Criança e do adolescente” e “[...] a busca de patologias permanecia como a principal preocupação institucional” (p. 121). Ou seja, o conteúdo de laudos e pareceres estava mais de acordo com rótulos e perspectivas psiquiátricas e pedagógicas do que com a expressão da singularidade da história de cada um.

O que importava averiguar não era o que levou o jovem a praticar a infração, mas sim se ele estava adaptado e conformado à realidade da casa de internação e passivo às ordens da instituição. Como o parecer, ou laudo, é a maneira pela qual o profissional se comunica com o Juiz e o Promotor, este documento pode também contribuir com a condição de assujeitamento de quem foi escutado.

Miranda Júnior (2017), ao analisar a importância da psicanálise no que tange à avaliação psicológica na área jurídica, resalta que o psicanalista que utiliza da escuta deve ficar atento aos significantes ditos pelo sujeito. Isto contribui para que distanciar-se do “copia” e “cola” existente nas rotinas institucionais, evitando com que o sujeito vire apenas uma estatística.

De acordo com Brandão (2015), a produção de laudos e pareceres e quaisquer outros documentos, na prática jurídica feita por psicólogos, não pode ser analisada distante da ótica das práticas de poder existentes em qualquer manifestação documental.

A seguir, por meio de um caso, ver-se-á como os relatórios produzidos mostram claramente a força do discurso do mestre-institucional que age no sentido de disciplinar o adolescente mediante a sua condição de passividade cuja escuta não é do sujeito, mas da instituição que precisa de suas respostas documentadas.

O caso do adolescente Eliezer

O adolescente Eliezer⁵, identificado várias vezes nos relatórios como socioeducando, isto é, aquele que está na condição de aprender, de ser educado e não escutado, cumpriu medida

⁵ O nome e outras circunstâncias foram alterados para garantir o sigilo do adolescente e da instituição.

socioeducativa de internação devido ao envolvimento no ato infracional de roubo (Art., 157, § 2º II do Código Penal Brasileiro - CPB), sendo sua segunda internação. Eliezer é oriundo de uma família de baixa renda; em alguns momentos morou na rua e sua mãe, à época, era beneficiária do programa bolsa família. Sua passagem pelo sistema socioeducativo já contava mais de um ano entre entradas e saídas de unidades de internação.

Eliezer, quando passou pela internação provisória, que pode ser de até 45 dias, foi avaliado pelo setor de psicologia, cuja manifestação sobre seu caso foi que ele era portador de: *“Transtorno de Personalidade Antissocial, pois apresentou durante o período de privação de liberdade, falta de tolerância à frustração, falta de habilidades sociais e interpessoais com tendência a estabelecer relacionamentos conflituosos”*. Por fim, o relatório da internação provisória concluiu que Eliezer *“mantém comportamentos desafiadores e sem avaliações de consequências para si e para o outro. É imediatista, tem dificuldade de seguir regras e valores sociais”*. Esta parte final é utilizada como um dos fundamentos do Juiz para a sentença de sua medida de internação. Mesmo que Eliezer tenha alguma chance de falar alguma coisa dentro de sua audiência, ele não tem como concorrer com a força do documento que fala sobre ele.

Já na medida de internação, observa-se que o adolescente precisou demonstrar que “mudou” seu comportamento para conseguir êxito na sugestão de progressão de sua medida.

O socioeducando Eliezer cumpre Medida Socioeducativa de Internação. Já esteve em meio aberto, mas o descumpriu, ao retornar para a Internação apresentou juízo crítico adequado frente a sua responsabilização pelo ato infracional, expressou comportamento respeitoso e seguiu regras institucionais de forma assertiva, bem como avançou significativamente em seu PIA, no que se refere aos aspectos familiares, na manutenção dos vínculos afetivos, na qualidade do exercício de sua autoridade, e na própria conduta do socioeducando, o qual apresenta-se com boas habilidades sociais, comportamentais e vislumbra um projeto de vida baseado na educação. (Relatório sócio educativo, p. 6).

O discurso do mestre institucional exigirá que o adolescente se configure dentro de toda uma moldura disciplinar a fim de contemplar os dispositivos disciplinares existentes dentro da instituição. No relatório consta que o adolescente manteve respeito às normas dos relacionamentos interpessoais e às normas da instituição. Além disso, um aspecto considerado importante foi o do “[...] arrependimento quanto ao descumprimento da medida, demonstrando amadurecimento em seu juízo crítico e desenvolvimento pessoal e emocional”. É curioso notar

que apenas aparece a palavra ‘arrependimento’, mas não o que isso significou para o adolescente.

O que quer dizer para um adolescente que ele está arrependido de um ato praticado? No relatório não fica claro. Este significante fica para ser entendido como quiser e não como, de fato, repercutiu em sua vida subjetiva⁶. Além disso, é uma pergunta bastante comum feita ao adolescente nas unidades de internação: “você está arrependido?”. Diante de uma figura de autoridade, o adolescente responde: “sim, senhor!”. Diante da força do sistema, o adolescente reage de acordo com o que supõe ser melhor, ou seja, concordar com a norma vigente.

Ainda em relação ao relatório, em várias partes encontra-se que o “socioeducando recebeu orientação quanto ao consumo de substância psicoativa”, “ele foi orientado quanto ao futuro, quanto à responsabilização” e, por fim, o “socioeducando reconhece sua responsabilização frente à conduta infracional”. Isso mostra a ideia de que o adolescente é mais um sujeito passivo na socioeducação, a ele fica o papel de receber, de ser moldado e se submeter àquilo que a instituição pode oferecer.

Scisleski *et al.* (2016) salientaram de forma bem consistente que a tecnologia disciplinar existente nas unidades de internação busca um tipo de “normalização” das condutas dos adolescentes, tendo em vista que:

[...] a própria medida de internação incide sobre os corpos dos jovens, moldando-os por meio de diversos dispositivos: em um ambiente fechado, o jovem tem horários para dormir, acordar, receber visitas, tomar sol, organizar-se em fila, etc. Além disso, a modulação dos corpos pela disciplina é calculada e gerida a partir de saberes técnicos, como é o caso das prescrições emitidas pelos juízes, inspetores, médicos, psicólogos e assistente social, entre outros. (p.85).

O caso de Eliezer leva a pensar em como ele foi escutado para a produção dos documentos? O relatório pouco fala de como ele é ou que disse sobre si, mas de como agiram sobre ele. Tem-se os dados sobre ele, mas o que ele pensa sobre a vida, sobre sua história não é possível depreender. Com efeito, qual é o espaço que foi oportunizado para escutar esse adolescente?

⁶ Vale ressaltar que em vários relatórios de outros adolescentes aparece a importância de sinalizar que ele se arrependeu sem, contudo, analisar as repercussões desse arrependimento na subjetividade do adolescente.

Considerações finais

Concluimos que os documentos produzidos expressam mais como o adolescente foi moldado pela instituição; a escuta que norteou a produção deste documento é baseada no que o profissional pensa e não na articulação significativa que o adolescente possa ter produzido. Há uma balança entre aquilo que o adolescente recebeu e o que ele deu em troca. Esse tipo de reflexão pode servir ao necropoder, pois como assinalam Gomes e Silva (2017):

O poder disciplinador que se instaura na gestão da vida social, a biopolítica, cria aqueles que são desviantes da vida saudável e assim, para o bem da sociedade, podem morrer. [...] ao estimular o crescimento da vida, a morte aparece não como imposição, mas como um benefício para a vida de todos e, sendo assim, “a morte do outro, a morte [...] do degenerado, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia”, criando-se assim a possibilidade de “mortes aceitáveis” e até “desejáveis” socialmente (p. 708).

Na verdade, existe um tipo de biopolítica / necropolítica em nossas instituições socioeducativas que se sustentam nas produções documentais ainda apoiadas na antiga e combatida dicotomia entre “o normal e o patológico”. Contudo, sabemos quem fica no lado dos “patológicos”, ou seja, os adolescentes mais excluídos.

Sendo assim, defendemos a ideia de que a operacionalização dos discursos do analista e do mestre não se limitam apenas à prática da possibilidade da escuta dos sujeitos em questão. Aquilo que se produz ao nível de documentação em uma instituição é de fundamental importância e precisa ser pensado e pesquisado, pois o que se escreve nos documentos oficiais acerca das pessoas que são escutadas é a percepção do outro acerca da subjetividade de alguém.

Em que pese a advertência de Stevens (2005) no sentido de que ao psicanalista não convém o lugar de “Técnico” na instituição, no sentido de que ele precisa fazer um “furo” no discurso institucional, acreditamos que ele precisa estar atento ao que escreve devido ao cargo que ocupa. Isto porque a produção dos documentos contém manifestações acerca dos sujeitos que foram escutados.

Seria estranho o (a) analista que trabalha na instituição, quando elabora um documento, deixar de considerar a escuta oferecida aos sujeitos e ficar mais preocupado com a descrição de ‘perfis’ ou a indicação de psicopatologias. A elaboração de um documento de um (a) psicanalista que trabalha em uma instituição jurídica não pode prescindir de tais reflexões.

Referências

- ALBERTI, S. Psicanálise: a última flor da medicina. A clínica dos discursos no hospital. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (Org.). **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2000.
- ALBERTI, S. Sobre o termo instituição e as práticas institucionais. In: MELLO, M.; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, clínica e Instituição**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2005.
- ALBERTI, S.; ALMEIDA, C. P. Relatos sobre o nascimento de uma prática: psicanálise em hospital geral. In: MELLO, M.; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, clínica e Instituição**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2005.
- ALTOÉ, S. A psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: ALTOÉ, S. (Org.). **Sujeito do Direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
- BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis ns 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BRANDÃO, E. P. Laudos e pareceres psicológicos e práticas de poder. **Psicologia Argumento**, v. 33, n. 82, p. 364-377, jul./set. 2015.
- BRITO, L. M. T. Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema sócio educativo. In: BRITO, L. M. T. (Coord.). **Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema sócio educativo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- CAFFÉ, M. **Psicanálise e Direito**. A escuta analítica e a função normativa jurídica. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- CAZANATTO, E; MARTTA, M. K.; BISOL, C. A. A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 486-496, abr./jun. 2016.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 37/2011. Brasília: CNMP, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Um_Olhar_mais_Atento_02.07_WEB-completo-ok-1_1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.
- COELHO, C. M. S. Psicanálise e laço social – uma leitura do Seminário 17. **Mental.**, Barbacena, ano IV, n. 6, p. 107-121, jun. 2006.
- FREUD, S. **A instrução judicial e a psicanálise (1906)**. Obras Completas. Volume 08. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FREUD, S. **Contribuição à história do movimento psicanalítico**. Obras Completas. Volume 11. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. **O Mal-estar na civilização (1930)**. Obras Completas. Volume 18. Trad. Paulo César de Souza. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FARIAS, M. O; MAIA, A. C. B. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá. 2009.

FIGUEIREDO, A. C. Psicanálise e práticas institucionais na saúde mental: o estado da arte. In: BARROS, R. M. M. de; DARRIBA, V. A. (Org.). **Psicanálise e Saúde: entre o Estado e o sujeito**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GALEOTTI, R. Considerações sobre a prática do psicólogo nos sistemas penais para crianças e adolescentes. In: ALTOÉ, S. (Org.). **A Lei e as Leis**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2007. p. 173- 182.

GOMES, F. B.; SILVA, J. M. Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. **Ge USP – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 703-717, dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geusp/article/view/127748>. Acesso em: 22 nov. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) (Org.). **Atlas da violência 2020**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

JORGE, M. A. C. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: RINALDI, D.; COUTINHO, M. (Org.). **Saber, verdade e gozo: leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Rio Ambiciosos, 2002.

LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. **Seminário, Livro 7. A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. **Seminário, Livro 17. O avesso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 7. reimp. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MELLO, M. M.; MANDELLI, P. A. P. Adolescente infrator: possibilidades de um Sujeito em construção a partir de um Estudo de Caso. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 16, p. 33-38, 2017. Disponível em: <http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/3520/3583>. Acesso em: 23 set. 2017.

MIRANDA JÚNIOR, H. C. **Um psicólogo no Tribunal de Família: a prática na interface Direito e Psicanálise**. Belo Horizonte: Ed. ArteSã, 2010.

MIRANDA JÚNIOR, H. C. Psicanálise e avaliação psicológica no âmbito jurídico. In: SHINE, S. (Org.). **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

NICOLAU, R. F. “O inconsciente é a política”: articulando o sujeito na política do cuidado. In: BARROS, R. M. M. de; DARRIBA, V. A. (Org.). **Psicanálise e Saúde: entre o Estado e o sujeito**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015.

NICOLAU, R. F.; CALAZANS, R. O Mestre e o Psicanalista: tecendo laços nas políticas públicas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. spe, p. 1119-1137, 2016.

NICOLAU, R. F.; ALBERTI, S. A clínica na saúde mental e suas contribuições à teoria psicanalítica. In: PIMENTEL, A.; LEMOS, F.; NICOLAU, R. (Org.). **A Escuta Clínica na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2017.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. **Revista Internacional de Direitos Humanos RIDH**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 245-262, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/476>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANTOS, P. F. O; ALTOÉ, S. A (im)possibilidade da clínica psicanalítica em estabelecimentos fechados. In: MELLO, M.; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, clínica e Instituição**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2005.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, H. M. B.; SÁ, M. R.; GLICK, T. (Org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 165-180. (Coleção História e Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/txc6/pdf/domingues-9788575414965.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SCISLESKI, A. C. C.; SILVA, J. L. C. da; GALEANO, G. B.; BRUNO, B. S.; SANTOS, S. N. dos. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal: rev. Psicol.**, v. 28, n. 1, p. 84-93, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/KNBDkpGtwd3hcfBCS5n54WF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SOUZA, J. M. P.; MOREIRA, J. O. Psicanálise e Direito: escutar o sujeito no âmbito das medidas socioeducativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 182-200, abr. 2014.

STEFFEN, M. I. M. Delinquência: privação, trauma e passagem ao ato. **Pulsional. Revista de Psicanálise**, ano XIX, n. 188, p. 82-86, dez. 2006.

STEVENS, A. O courtil: uma escolha. In: MELLO, M.; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, clínica e Instituição**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2005.

TOMASI, L. de O.; MACEDO, M. M. K. Adolescência em conflito com a Lei: A intensidade da história de vida em ato. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 53-63, jan./mar. 2015.

Recebido em: 22/11/2022.

Aceito em: 01/12/2023.